

Política

O presidente é o novo coordenador

Das recentes conversas mantidas pelo Ministro Leitão de Abreu com políticos está surgindo um recado explícito e muito claro para aqueles ouvidos atentos que têm frequentado o Gabinete Civil da Presidência da República. Quem comanda a situação e assumiu a posição de coordenador da ação política, econômica e social, é o presidente João Figueiredo.

O estilo Leitão de Abreu, em torno do qual tanto se tem especulado, é, também, o estilo João Figueiredo depois que o ex-Ministro Golbery do Couto e Silva seguiu para a granja de Luziânia. Há especulações e informações filtradas de interlocutores do presidente da República no sentido de que ele se ressentia das elogiosas referências permanentes dirigidas a seu ex-chefe do Gabinete Civil.

É claro que no nível das decisões do mais alto escalão do governo brasileiro as definições não acontecem apenas pelas idiosincrasias manifestadas em favor deste ou daquele personagem. É contudo, importante, notar que desde que o Ministro Leitão de Abreu assumiu suas funções no Palácio do Planalto os seus colegas de ministério têm se apressado em atribuir ao presidente da República as definições governamentais.

Esta é uma postura que não se contém apenas à área política, que alternou momentos de euforia e depressão nos últimos dias. É sintomático que Leitão de Abreu converse no espaço de 24 horas com o Ministro da Justiça, como o presidente do PDS, com o líder e os vice-líderes do governo no Senado Federal. De permeio, na tarde de ontem, ainda trocou idéias com os governadores Marco Maciel e Tarcisio Buriti.

O novo estilo afeta pouco a essência do projeto político, de resto um programa de governo que foi jurado pelo presidente da República. A política distensionista, que contém em seu bojo a promessa de eleições em novembro do próximo ano, está sendo reafirmada pelo novo chefe do gabinete civil. As eleições deverão se realizar e o partido do governo vai a elas com apetite e vontade de vencer. É neste caminho o trabalho de Leitão de Abreu.

A modificação maior está nos contatos ostensivos com políticos — ontem permitiram fotografar sua reunião com José Sarney — e na mensagem implícita de que ele, por delegação presidencial, será o responsável pela coordenação, que, no entanto, permanecerá em mãos do presidente João Figueiredo. Nesta moldura, o Planalto pretende obter maior coesão administrativa — os ministros têm estado mais quietos — e maior unidade partidária.

O emergir desta tendência levou ontem o presidente do PDS, Senador José Sarney, a admitir que seu partido venha a arcar com um ônus na reformulação das leis que regem a previdência social. "Se o que está em jogo é a ampliação da previdência, para que maior número de brasileiros dela possa se utilizar não existem motivos para o partido omitir-se diante de tal desafio". Sarney disse isto depois de passar pelo gabinete de Leitão de Abreu.

INELEGIBILIDADES

É possível que chegue ainda esta semana ao Congresso Nacional o projeto de lei que modifica disposições da Lei Complementar nº 5 - lei de inelegibilidades. A intenção do governo é a de, fazendo uma reinterpretção do texto em vigor, permitir que aqueles que foram atingidos por cassações possam candidatar - se a cargos eletivos em novembro de 1982.

As informações disponíveis sobre o assunto dizem que o Planalto fará a modificação necessária para tornar elegíveis os ex-cassados. No entanto, o trabalho não atingirá aqueles que foram indiciados pela Lei de Segurança Nacional. Estes continuariam inelegíveis. A propósito, no início de setembro o Superior Tribunal Militar vai julgar o processo que, na primeira instância, condenou vários líderes sindicais. Lula, por exemplo, foi condenado a três anos e meio de prisão.

TERROR

Várias entidades sindicais e organizações profissionais farão em todo o país manifestações amanhã, dia 27, primeiro aniversário da morte de D. Lyda Monteiro, vítima da explosão de uma bomba na sede da Ordem dos Advogados do Brasil. A manifestação de caráter nacional vai marcar a primeira vez que entidades se reúnem para criar o dia nacional de protesto contra o terror. Em Brasília, um dos oradores será o advogado Luis Carlos Sigmaringa Seixas.

André Gustavo Stumpf